



Caderno Virtual de Turismo
ISSN: 1677-6976
periodicocvt@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Brasil

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL GUAPI-MIRIM: UMA PROPOSTA DE GUIA DE CAMPO PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL *

Schumacher, Letícia; Rodrigues, Camila

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL GUAPI-MIRIM: UMA PROPOSTA DE GUIA DE CAMPO PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL *

Caderno Virtual de Turismo, vol. 20, núm. 3, 2020

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115464747006>

DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.20n3.2020.1791>



Este trabalho está sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL GUAPI-MIRIM: UMA PROPOSTA DE GUIA DE CAMPO PARA A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL *

Turismo comunitário en el área de protección ambiental de Guapi-Mirim: una propuesta de guía de campo para la Interpretación Ambiental

Community-Based Tourism in the Guapi-Mirim Environmental Protection Area: A Field Guide Proposal for Environmental Interpretation

Letícia Schumacher
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Brasil
leticia_schumacher@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.18472/cvt.20n3.2020.1791>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115464747006>

Camila Rodrigues
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
Brasil
camila.rodrigues.ufrj@gmail.com

Recepção: 06 Dezembro 2019
Aprovação: 15 Outubro 2020

RESUMO:

A Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim é a primeira unidade de conservação federal criada para a proteção de manguezais no Brasil, localizada na Baía de Guanabara, na qual vivem populações que têm seu sustento estreitamente relacionado aos recursos naturais, mas que enfrentam dificuldades socioeconômicas. O turismo de base comunitária (TBC) foi identificado pelos moradores locais como um dos caminhos para promover alternativas de trabalho e melhoria de qualidade de vida. Este artigo busca debater a interface entre o TBC e a interpretação ambiental, além de apresentar a experiência da construção de um guia de campo para apoiar as atividades dos condutores de visitantes. Inicialmente, foi realizado o levantamento de referencial bibliográfico e de dados secundários e, posteriormente, a partir de uma perspectiva dialógica, entrevistas com condutores locais e analistas ambientais que atuam na APA. O artigo apresenta uma contribuição para o debate científico sobre alternativas de utilização sustentável da biodiversidade, resultando na proposta de guia de campo que evidencia a função das áreas protegidas e as dinâmicas socioculturais que permeiam o uso desses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: áreas protegidas, turismo de base comunitária, interpretação ambiental.

RESUMEN:

El Area de Protección Ambiental de Guapi-mirim es la primera unidad de conservación federal creada para la protección de los manglares en Brasil, situada en la Bahía de Guanabara, donde viven poblaciones que tienen sus medios de vida estrechamente relacionados con los recursos naturales pero enfrentan dificultades socioeconómicas. El Turismo Comunitario (TC) ha sido identificado por los residentes locales como una forma de promover trabajo alternativo y una mejor calidad de vida. En este artículo examinamos la interfaz entre el TC y la Interpretación Ambiental, además de presentar la experiencia de la elaboración de una guía de campo para apoyar las actividades de los conductores de visitantes. Inicialmente se realizó un estudio bibliográfico y de datos secundarios y, más tarde, desde una perspectiva de diálogo, entrevistas con conductores locales y analistas ambientales que trabajan en la APA. El artículo presenta una contribución al debate científico sobre las alternativas para el uso sostenible de la biodiversidad, que ha dado lugar a la propuesta de una guía de campo que destaca la función de las áreas protegidas y las dinámicas socioculturales que impregnan el uso de estos espacios.

PALABRAS CLAVE: Áreas protegidas, comunidades locales, manejo de áreas protegidas.

ABSTRACT:

The Guapi-mirim Environmental Protected Area is the first federal conservation unit created for mangroves protection in Brazil, located in the Guanabara Bay, where population have their livelihoods closely related to natural resources but face socioeconomic

difficulties. Community-based tourism (CBT) has been identified by local residents as one of the ways to promote alternative work and improve life quality. This article seeks to discuss the interface between CBT and environmental interpretation, in addition to presenting the experience of a field guide building that aim to support the visitors drivers activities. Initially, a bibliographic and secondary data survey was carried out, and later, from a dialogical perspective, interviews with local drivers and environmental analysts who work at the Protected Area. The article presents a contribution to the scientific debate on biodiversity sustainable use alternatives, resulting in the field guide proposal that highlights the function of protected areas and the socio-cultural dynamics that permeate these spaces use.

KEYWORDS: Protected areas, traditional populations, management of protected areas.

1. INTRODUÇÃO

As Áreas de Proteção Ambiental (APA) são unidades de conservação (UC) que tem por objetivo combinar a conservação da natureza com o uso sustentável dos seus recursos naturais. Desse modo, visam assegurar o bem-estar das populações humanas que nela vivem, ao mesmo tempo em que buscam preservar as condições ecológicas, a paisagens e os atributos culturais pertinentes (Brasil, 2000; Moraes, 2011).

De todas as categorias de manejo de uso sustentável, a APA é a mais representativa em termos de área no território brasileiro, a qual constitui cerca de 51% das áreas cobertas por UC no país (Brasil, 2019).

No entanto, as Áreas de Proteção Ambiental enfrentam inúmeros desafios para a sua implementação e gestão, especificamente em relação às comunidades que sobrevivem de atividades extrativistas de subsistência e da comercialização dos recursos naturais obtidos para gerar renda. Dessa forma, a busca por alternativas para a gestão adequada dos recursos naturais e para a melhoria das condições socioeconômicas das populações locais exerce influência direta nos índices de degradação ambiental nos territórios (Amador, 1997; Moraes, 2011).

Tratando-se da gestão de áreas protegidas, torna-se necessário identificar e promover processos sociais que busquem a integração entre saberes locais e a utilização sustentável da biodiversidade, pois como Becker (2006) afirma, a proteção da biodiversidade será maior quanto maior for sua contribuição para o sustento da população que com ela convive.

Neste contexto, os gestores da APA Guapi-Mirim, localizada na região metropolitana do Rio de Janeiro, no recôncavo leste da Baía de Guanabara, iniciaram algumas ações e projetos, em parceria com organizações da sociedade civil e universidades, com o objetivo de ampliar as oportunidades de trabalho com o turismo e diversificar a renda local.

A APA Guapi-Mirim é a primeira unidade de conservação (UC) federal criada especificamente para a proteção de manguezais no Brasil e, em conjunto com a Estação Ecológica da Guanabara, formam a maior área de preservação de manguezal do estado do Rio de Janeiro. O manguezal tem uma significativa importância ecológica pois atua na proteção da linha costeira, evitando a ação erosiva das marés e tempestades. Além disso, é essencial para a manutenção de diversas espécies marinhas e estuarinas, agindo como um refúgio, onde as espécies da avifauna encontram abrigo para reprodução, alimentação e desenvolvimento das formas juvenis (Amador, 1997).

Os manguezais estão sujeitos a diversas pressões, e o desconhecimento de sua potencialidade econômica, que requer uso e gestão em bases sustentáveis, confirmam a necessidade de se ampliar o conhecimento sobre suas funções socioambientais.

O processo de ocupação da APA Guapi-Mirim se deu por um acentuado número de famílias, ao longo dos anos. Uma importante fonte de subsistência dessas comunidades é a rica e abundante fauna, que além da pesca, provém da cata e comercialização do caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*), base da economia local (Pandeff, 2009). Sendo assim, a redução da oferta de caranguejos impacta diretamente a renda dessa população, propiciando um aumento significativo no processo de degradação ambiental visto que, para

sobreviverem, estas comunidades buscam outros recursos naturais, como a caça e a retirada intensiva de madeira.

Desse modo, o crescimento populacional desordenado, a pressão de empreendimentos industriais, juntamente à extração de recursos naturais de forma inadequada e perdulária, causaram inúmeros problemas na área de abrangência da UC, onde pescadores e catadores de caranguejo vivem em condições cujos níveis estão abaixo do mínimo aceitável, conforme o Índice de Desenvolvimento Humano (IBGE, 2019).

Neste sentido, o desenvolvimento de uma proposta de turismo, protagonizado pela população local, surge como uma possibilidade para promover espaços de diálogo e decisão, mediante agendas de mobilização social e de defesa de políticas públicas que garantam a participação, a inclusão e o engajamento das comunidades em áreas protegidas (Fabrino, 2013; Brasil, 2019). Neste contexto, o turismo de base comunitária (TBC) envolve uma forma de organização do turismo que está essencialmente ligado à sustentabilidade sociocultural e ambiental local (Sansolo & Bursztyn, 2009; Moraes & Irving, 2013; Mendonça et al., 2013).

Na APA Guapi-mirim, onde os temas relevantes são a importância ecológica do mangue e a dinâmica sociocultural e econômica dos pescadores, os instrumentos de interpretação ambiental podem contribuir para o fortalecimento das iniciativas de TBC. Esses instrumentos visam, por meio da sensibilização do visitante, a construção de uma abordagem integrada entre temas como educação, sociedade e natureza, evidenciando a função das áreas protegidas e as dinâmicas sociais que permeiam a utilização desses espaços.

Considerando o contexto apresentado, este artigo busca debater a interface entre o TBC e a interpretação ambiental, além de apresentar a experiência da construção de um guia de campo para apoiar as atividades de interpretação ambiental dos condutores de visitantes locais[1]. Como ponto de partida, foi realizado o levantamento de referencial bibliográfico e de dados secundários para embasar o guia de campo. Posteriormente, durante o trabalho de campo, foram realizadas entrevistas com condutores locais e analistas ambientais que atuam na APA, e foi possível participar de oficinas sobre o TBC na região, para o levantamento de informações para a proposta conceitual e temática do guia de campo. A interlocução com os moradores locais e profissionais que atuam na APA Guapi-Mirim teve como inspiração uma proposta de construção dialogal (Cozzolino et al., 2016), que buscou compreender as principais referências e para valorizar os aspectos ambientais e culturais, a partir do olhar de quem vive o dia a dia no manguezal e que vivenciou acontecimentos marcantes no território.

2. APONTAMENTOS SOBRE O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Com o propósito de fortalecer o protagonismo local no desenvolvimento de alternativas econômicas, como o turismo, surgem formas de organização da atividade denominadas “turismo comunitário”, “turismo de base local”, “turismo de base comunitária”. O TBC, termo utilizado neste artigo, tem sido estudado com maior ênfase no Brasil nos últimos 10 anos, sendo inclusive adotado em diferentes iniciativas nas políticas de turismo e meio ambiente (Bartholo et al., 2009; Bursztyn & Sansolo, 2010; Brasil, 2019).

Alguns aspectos são comuns nas definições apresentadas por diferentes autores sobre o termo TBC: protagonismo das populações locais no planejamento e implementação da atividade; geração de benefícios diretos para as comunidades; autogestão das iniciativas; afirmação cultural e interculturalidade (Sansolo & Bursztyn, 2009; Irving, 2009).

No planejamento dessa forma de organização do turismo, a comunidade local define quais atividades e serviços que serão oferecidos, e são os responsáveis pelo processo de organização e operação, bem como pela elaboração do projeto, de maneira colaborativa, desde sua concepção até a implementação (Botelho & Rodrigues, 2016).

Muitas iniciativas de TBC no Brasil ocorrem em lugares de relevante riqueza ecossistêmica e beleza paisagística, vistos pelo empresariado como produto potencial para o desenvolvimento do turismo

(Mendonça et al., 2013). Embora também se localizem em metrópoles e áreas urbanas (Moraes et al., 2020), muitas iniciativas de TBC se encontram em regiões rurais e oferecem, além do convívio com os moradores da comunidade, a oportunidade de desfrutar do ambiente onde vivem.

Uma característica importante de muitas iniciativas de TBC é a relação direta com uma determinada unidade de conservação. A criação dessas áreas, sobretudo as que possuem um modelo de proteção mais restritivo, como os parques nacionais, por exemplo, ocorre no contexto de conflitos e interesses diversos, colocando em debate questões fundamentais sobre a relação entre sociedade e natureza, direitos de acesso e distribuição de benefícios associados à biodiversidade (Leuzinger, 2009). As comunidades que vivem nessas áreas, espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado, devem se adequar às normas específicas para utilização dos recursos naturais. Em alguns casos, no entanto, a existência de uma área protegida funciona como uma forma de assegurar modos de vida e a permanência de populações em seus territórios, diante da pressão de empreendimentos industriais e da especulação imobiliária.

As iniciativas de TBC também encontram inspiração na economia solidária, que está ancorada em princípios associativos e igualitários (Singer, 2010), incentivando o cooperativismo e a atuação em rede como caminhos para fortalecer os micro e pequenos empreendimentos. No que se refere ao processo de planejamento e gestão dessas iniciativas, o TBC busca se diferenciar dos demais empreendimentos turísticos por meio da participação efetiva dos atores locais nas decisões coletivas e na articulação comunitária, visando encontrar soluções para os problemas comuns (Irving & Mendonça, 2004).

Assim, o TBC se insere no debate acadêmico e nas políticas públicas como possibilidade de uma relação diferente entre sociedade e natureza, na qual a valorização sociocultural e a proteção dos recursos naturais possibilitam a geração de benefícios diretos e indiretos aos atores sociais locais envolvidos.

Nesse processo de fortalecimento do TBC, considerando também as mensagens e os aprendizados que esse tipo de turismo busca envolver, a interpretação ambiental pode ser considerada um instrumento capaz de despertar uma visão crítica, por parte dos visitantes, ao proporcionar o compartilhamento de questões sobre a importância da manutenção e proteção de ecossistemas para as relações socioculturais locais, além de ter o potencial de conduzir a um questionamento sobre os diferentes padrões de produção e consumo da sociedade.

3. A INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL COMO UM CAMINHO DE APRENDIZADO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A visitação em UC tem sido estimulada, no contexto das políticas públicas de turismo e meio ambiente, como uma forma de incrementar o apoio para a conservação da natureza, o respeito à diversidade sociocultural e a geração de alternativas de trabalho em bases sustentáveis (Brasil, 2006; Leung et al, 2019).

Desta forma, o processo de planejamento da visitação nessas áreas deve incluir programas de sensibilização sobre as questões ambientais, estimulando não apenas o entretenimento, mas também adicionando um caráter educativo nas atividades de turismo (Oliveira & Melo, 2009; Moreira, 2014). Neste ponto, a interface entre a prática do turismo e a educação ambiental em unidades de conservação busca promover a reflexão e o aprendizado sobre temas que envolvem os ecossistemas locais e as diferentes formas de utilização e ocupação dos territórios.

No conjunto de possibilidades para trabalhar a educação ambiental em uma perspectiva ampla, envolvendo a educação formal e não formal, a interpretação ambiental e suas diferentes formas de comunicação, com vídeos, documentos impressos, guias de campo, painéis informativos, maquetes, podem provocar questões e estimular o aprendizado por parte dos visitantes. E, nesse processo, os condutores de visitantes e outros moradores locais que estejam envolvidos no turismo, têm um papel importante no processo de interpretação de um determinado ambiente e de suas respectivas expressões socioculturais (Ximenes, 2015).

Na iniciativa que será apresentada neste artigo, tomou-se como referência para a construção da proposta do guia de campo da APA Guapi-Mirim, as questões abordadas pela vertente crítica da educação ambiental, que

se baseia em dois princípios, conforme salienta Loureiro (2012): tudo pode e deve ser questionado, negado, afirmado e superado; e as relações sociais são historicamente produzidas de forma assimétrica, são mutáveis, e podem ser transformadas de forma consciente pelos agentes sociais.

A partir desse entendimento, a educação ambiental em unidades de conservação pode auxiliar a construção de um olhar crítico, por parte dos visitantes, por meio de uma reflexão mais aprofundada sobre o contexto de criação dessas áreas, pois buscam motivar a compreensão sobre os diferentes conceitos de natureza e os aspectos socioculturais envolvidos no território (Botelho et al., 2015).

Além disso, essa atividade pode também promover reflexões referentes à relação entre as áreas protegidas e os problemas socioeconômicos a elas associados (Loureiro, 2012). Sendo assim, no entendimento de Botelho et al. (2015), o papel dos condutores de visitantes não seria apenas de um intérprete passivo da dinâmica natural e cultural, mas sim de um agente engajado, que será encarregado de motivar a reflexão. Da mesma forma, os visitantes não seriam tão somente atores passivos do processo, mas atuariam como sujeitos políticos no seu ambiente de origem.

A partir dessa perspectiva, a interpretação ambiental pode ser considerada como um canal para compartilhar informações referentes aos aspectos ecológicos do ambiente visitado, onde o comportamento individual reflexivo é incentivado, mas também um posicionamento social mais amplo, considerando diferentes escalas de envolvimento e responsabilidades na proteção de uma área (Ximenes, 2015).

Neste sentido, para que as experiências durante a prática do turismo possam contribuir para fortalecer o sentido ético e político nas diferentes formas de compreender a relação entre sociedade e natureza, faz-se necessário ampliar e enriquecer constantemente as experiências, por meio de discussões e práticas que tragam ao conhecimento dos participantes, de forma crítica, os marcos teóricos e políticos de um determinado território.

No que diz respeito aos projetos de interpretação ambiental liderados pelos órgãos ambientais, em 2018 o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, responsável pela gestão das UC federais, dentre elas a APA Guapi-Mirim, lançou um documento no qual destaca a interpretação ambiental como um conjunto de estratégias de comunicação destinadas a revelar os significados dos recursos ambientais, históricos e culturais, a fim de provocar conexões pessoais entre o público e o patrimônio protegido. De acordo com o conteúdo do documento, percebe-se a interpretação ambiental muito mais como uma ferramenta de manejo da visitação, do que uma prática contextualizada em um processo de educação ambiental mais amplo. Por outro lado, as diretrizes apresentadas salientam que a construção participativa de planos e produtos interpretativos para os visitantes tem se mostrado importante para aproximação e melhoria das relações entre a gestão de unidades e os atores locais, em especial os moradores, instituições parceiras e profissionais ligados à atividade turística (ICMBio, 2018).

Na proposta de guia de campo que será apresentada em seguida, partiu-se do pressuposto de que a definição dos conteúdos, temas e “do que contar” para os visitantes partiria de uma construção dialógica com os condutores de visitantes (que também são pescadores e catadores de caranguejo, pequenos agricultores), moradores locais e analistas ambientais da APA Guapi-Mirim.

O guia de campo pode funcionar de duas formas. A primeira consiste em um material de apoio ao trabalho do condutor local para ilustrar e apresentar exemplos dos temas de interpretação do ecossistema e da cultura local. Por outro lado, também funciona como um material de interpretação complementar, que permite que a mensagem seja compartilhada sem que seja necessário a presença de alguém para comunicá-la (Mayer et al, 2019). Desta forma, o guia de campo pode aprimorar a atividade de condução, permitindo que os visitantes obtenham diferentes oportunidades de aprendizado, apreciação e aproveitamento do local visitado (Mayer et al, 2019).

4. A CONSTRUÇÃO DE UM GUIA DE CAMPO PARA A APA GUAPI-MIRIM (RJ)

A proposta de conteúdo para o guia de campo reuniu basicamente dois grandes conjuntos temáticos: ecossistema manguezal (biodiversidade, função do mangue) e aspectos socioculturais locais (atividades de subsistência na Baía de Guanabara, características da pesca).

Buscou-se a elaboração do texto de forma que o visitante fosse motivado a refletir sobre o local visitado, apontando aspectos históricos e do processo de criação da APA Guapi-Mirim, dinâmica de uso e ocupação do espaço, espécies da avifauna local, função e importância do ecossistema manguezal, curiosidades, entre outros temas julgados relevantes pelos interlocutores da pesquisa.

Para a construção do guia, foram necessárias 4 etapas:

Etapas 1 – Levantamento e análise de referencial bibliográfico

A primeira etapa consistiu no levantamento e análise de referencial bibliográfico sobre os temas principais da pesquisa: unidades de conservação, turismo de base comunitária, educação ambiental e interpretação ambiental. Esse levantamento possibilitou uma maior compreensão sobre os desafios das iniciativas de base comunitária e a indicação de temas e abordagens para subsidiar o trabalho de campo.

Etapas 2 – Levantamento, análise e sistematização de dados secundários

Para inspirar a elaboração do guia de campo foi realizado um levantamento de exemplos de cartilhas e guias de campo elaborados no contexto de áreas protegidas, turismo de base comunitária e interpretação ambiental. Destacam-se os seguintes materiais: “Caiçara: a fartura de um povo na salmoura” (Navarro et al., 2007); “Ecoturismo e Agroecologia no Extremo Sul de São Paulo” (Prefeitura de São Paulo, 2013); “Guia de campo do Parque Nacional da Tijuca” (Siqueira et al., 2013).

Os resultados dessa análise subsidiaram a indicação de sugestões e orientações sobre formatos de apresentação, exemplos de informações e conteúdos, linguagem, ilustração e abordagem do guia de campo.

Etapas 3 – Participação em atividades do projeto TBC na APA Guapi-Mirim e identificação de interlocutores

A identificação dos interlocutores da pesquisa foi realizada em momentos nos quais foi possível de interagir com a equipe da APA e com os condutores locais. Nos meses de junho e setembro de 2018 foram realizados dois eventos no âmbito do projeto de “Fortalecimento do Turismo Comunitário na APA Guapimirim-RJ”[2], com a participação de moradores locais e gestores da APA. Na ocasião, foi possível realizar um levantamento preliminar de alguns interlocutores que poderiam participar da construção do guia. A partir deste projeto, os moradores locais construíram uma proposta de atuação coletiva, envolvendo roteiros de visitação integrando diferentes iniciativas, que resultou na criação da cooperativa Manguezais da Guanabara e na Rede de Turismo de Base Comunitária “Nós da Guanabara”, que irá promover a divulgação e a comercialização dos serviços (Fukuda et al., 2019).

A identificação dos condutores para participar da entrevista também considerou a indicação dos primeiros entrevistados, como em um processo de “Bola de Neve” (snowball sampling) (Baldin & Munhoz, 2011).

Etapas 4 – Realização de entrevistas – pesquisa de campo

Para compreender os temas e as demandas para a interpretação ambiental foram realizadas entrevistas com gestores do ICMBio, representantes das associações locais e condutores de visitantes da APA envolvidos na dinâmica do turismo local.

As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro de questões semi-estruturadas, com perguntas específicas para os condutores, os moradores e os analistas ambientais da APA Guapi-Mirim. Foram realizadas 13 entrevistas, que incluíram os seguintes tópicos: perfil dos visitantes; principais temas de interesse; ideias de temas para abordar durante a visita; sugestões para o formato do guia de campo; experiências vivenciadas em campo.

Além das entrevistas, como forma de identificar temas de interpretação e visualizar os aspectos apontados pelos interlocutores, foi organizada, com o apoio do ICMBio, uma visita guiada com condutores e analistas ambientais da APA.

5. A PROPOSTA CONCEITUAL DO GUIA DE CAMPO: O QUE CONTAR E COMO CONTAR

De acordo com os interlocutores da pesquisa, os aspectos que mais atraem os visitantes para conhecer a APA são a biodiversidade e as características do ecossistema Manguezal. Dentre a rica variedade de espécies, os animais que despertam maior interesse são os botos-cinza (*Sotalia fluviatilis*), as lontras (*Lutra longicaudis*), as capivaras (*Hydrochoerus* sp.), os jacarés-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*), pássaros e peixes, em geral. Também foi identificado nas entrevistas que os perfis que visitam a APA com maior frequência têm como motivações principais: a visita de campo por universidade e escolas; a pesquisa; a observação dos botos; a pesca (amadora e esportiva); e a observação de aves.

As informações reunidas a partir das entrevistas indicam que os temas considerados mais importantes na dinâmica do turismo na APA Guapi-Mirim são:

- Localização da APA Guapi-Mirim e sua importância para a qualidade ambiental da Baía de Guanabara

Para descrever a APA Guapi-Mirim, foi destacado o significado e o que ela representa no contexto local, regional e nacional, sua localização (Figura 1), e as principais motivações para a sua criação.

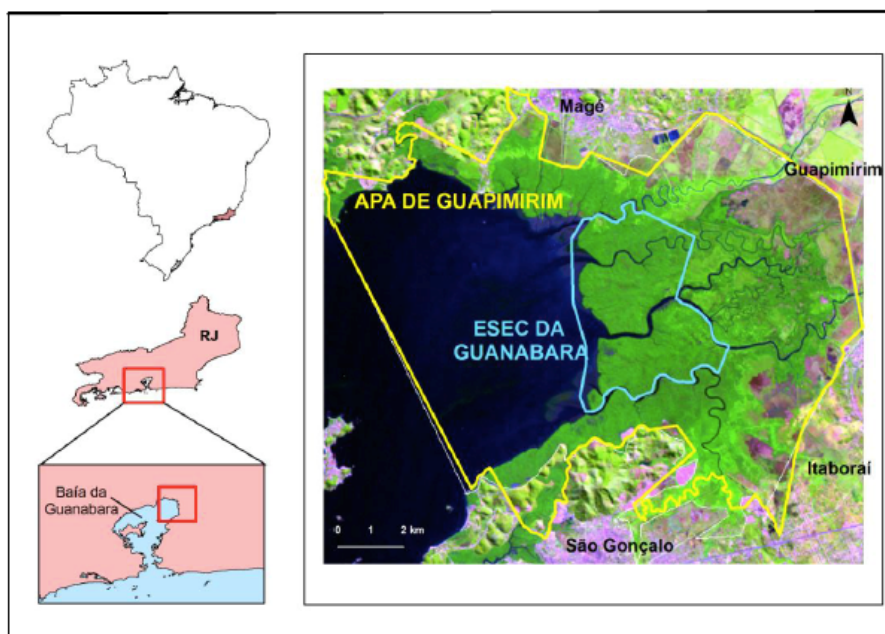


FIGURA 1

Localização da Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

Fukuda et al., 2013.

- Manguezal

Para apresentar o ecossistema Manguezal, é importante descrever suas características:

O regime de marés. Importar lista

· Os manguezais são fonte de alimento para uma grande variedade de espécies e são importantes para o sustento de inúmeras famílias que dependem dele para sobreviver.
· É um ecossistema que serve como um “berçário da natureza”, pois apresenta condições ideais para reprodução e desenvolvimento de várias espécies. Também é um local para alimentação e proteção de crustáceos, moluscos e peixes.
Um sequestrador de carbono, ou seja, esse ecossistema remove o gás carbônico da atmosfera, podendo, assim, regular as concentrações desse gás de efeito estufa. Importar lista
A região da APA Guapi-mirim e da ESEC da Guanabara é a maior área de manguezal preservado do estado do Rio de Janeiro. Importar lista

· Os Rios

Destacou-se como interessante abordar os cinquenta grandes rios que desembocam na Baía de Guanabara, sendo que aqueles que contribuem para a APA Guapi-Mirim representam cerca de 2.890 Km² de região hidrográfica. Esses rios são importantes no abastecimento das cidades próximas como Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Magé.

· Biodiversidade

Para descrever a biodiversidade, se faz necessário informar sobre as adaptações da flora a esse ecossistema, tal como os mecanismos das plantas para sobreviver a um solo com baixa taxa de oxigênio, muito sal e sujeito à inundação pela maré. Além disso, apresentar a riqueza e diversidade de espécies da fauna (aves, jacarés e botos) e as três espécies de mangue (preto, branco e vermelho).

· A História da comunidade

Nesse tópico, é importante considerar o amplo enredo que marcou a ocupação da região, tendo sido destacado pelos interlocutores da pesquisa alguns itens principais:

Os povos sambaquis, os primeiros habitantes da Baía de Guanabara.

Importar lista

Os povos indígenas tamoios, tupinambás e temiminós que ocupavam a região. Importar lista

A ocupação da região a partir da chegada dos primeiros europeus ao continente americano. Importar lista

As senzalas, as antigas fazendas e capelas da época do Brasil Colonial e Império. Importar lista

A importância da região na época do império. Importar lista

Os efeitos da urbanização da região no século XX, com a ocupação pela indústria, criação de aterros sanitários e construção de rodovias, que provocaram alterações na paisagem, desmatamento do manguezal e poluição. Importar lista

· Os pescadores e as artes de pesca

A dinâmica de utilização dos bens naturais da região por meio da pesca é um tema singular na história e no processo de uso e ocupação da região. Manter a pesca e a sobrevivência dos pescadores são pautas de constante tensão e conflito na Baía de Guanabara, que vem sofrendo diversos impactos ambientais e sociais em virtude de projetos desenvolvimentistas, sobretudo relacionado à exploração do petróleo.

É importante destacar que, ainda que os pescadores estejam inseridos na dinâmica urbana, buscando alternativas de trabalho nesse contexto, sua principal fonte de renda e seu principal elemento cultural, a pesca, ainda os mantêm intimamente ligados aos ecossistemas naturais. A degradação ambiental da baía, que interfere na oferta de pescado, coloca em risco a pesca e os pescadores.

Uma parcela dos pescadores artesanais da baía agrupou-se na Associação Homens do Mar – AHOMAR, que foi criada como um movimento de resistência dos pescadores frente aos impactos negativos das atividades da indústria petrolífera na baía e em seu entorno (Herrera, 2017).

Neste sentido, considerou-se relevante apresentar para os visitantes a dinâmica social dos habitantes locais, suas diferentes artes de pesca e a importância desse conhecimento, apresentando o manguezal como essencial para a sobrevivência desta população. Além disso, salientar a importância do mangue e de seus recursos como um sistema gerador de qualidade de vida, de suporte social e econômico, através da pesca artesanal e da exploração sustentável de recursos naturais, como os taninos e a taboa, e como a degradação ambiental impacta o estilo de vida dessas pessoas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do debate sobre a interface entre o turismo de base comunitária e a interpretação ambiental na APA Guapi-Mirim, destacam-se os efeitos da existência de UC em um determinado território, que vão muito além da preservação de recursos naturais e ecossistemas, funcionando como espaços ricos em relações socioambientais, que foram historicamente estabelecidos e que envolvem diversos conflitos. Dessa forma, processos educativos nestas áreas são essenciais para ampliar a compreensão sobre diferentes relações entre sociedade e natureza, bem como motivar a participação cidadã em iniciativas transformadoras.

O incentivo ao turismo de base comunitária foi identificado pelos moradores locais como um das alternativas possíveis para a melhoria da qualidade de vida na região e, por meio da interpretação ambiental, pode funcionar também como um caminho para o aprendizado sobre aspectos ambientais e culturais relevantes.

O artigo apresentou também uma proposta de conteúdo para compor um guia de campo que funcione como material de apoio para a interpretação ambiental e fortaleça as iniciativas de turismo de base comunitária na APA Guapi-Mirim. O conteúdo foi elaborado de maneira participativa e dialogal, a partir de entrevistas e da interlocução com os condutores e moradores locais, e teve como principal inspiração o conhecimento das pessoas que vivem e trabalham na região, seja como pescador, condutor de visitantes, gestor da APA Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara.

Por fim, este artigo apresenta uma contribuição para o debate científico sobre alternativas de utilização sustentável da biodiversidade e a valorização sociocultural, envolvendo dois campos de estudo principais turismo e conservação do patrimônio ambiental.

REFERÊNCIAS

- Amador, E. S. (1997). *Baía de Guanabara e Ecossistemas Periféricos: Homem Natureza*. Rio de Janeiro.
- Bartholo, R.; Sansolo, D.; Bursztyn, I. (Orgs.). (2009). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.
- Baldin, N.; Munhoz, E. M. B. (2011) *Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em Educação Ambiental Comunitária*. In: X EDUCERE e I SIRSSE, 2011, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação. Curitiba - PR: Champagnat - Editora PUCPR, 2011. v. 1. p. 329-341.
- Becker, B. (org.) (2006). *Dimensões Humanas da Biodiversidade: o desafio das novas relações sociedade e natureza no século XXI*. Ed. Vozes. Petrópolis, RJ.
- Botelho, E.S.; Maciel, G. G. ; Gonçalves, R. S. ; Irving, M. A. (2015) Reflexões sobre educação ambiental e turismo em parques nacionais brasileiros. In: Irving, M. A.; Rodrigues, C. G. O; Rabinovici, A.; Costa, H. A. (Orgs.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, v. 1, p. 177-203.

- Botelho, E.S.; Rodrigues, C. G. O. (2016) Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1202>
- Brasil (2000). Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art.225, § 1º, incisos I, II, III e VII da constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, 2000. <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>
- Brasil. Ministério do Meio Ambiente. (2006) Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação. Brasília: Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Ministério do Meio Ambiente.
- Brasil. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (2019). Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: caderno de experiências. Guerra, M. F.; Alvite, C. M.C; Santos, B. V. S. (Orgs). Autores: Fontoura, A. G. et al.. 1.ed. Brasília (DF).
- Bursztyn, I.; Sansolo, D. G. Cena#rio para o desenvolvimento do turismo de base comunita#ria no Brasil. Anais do IV Congresso Latino Amaranico de Investigacion turistica. CD-ROM, Montevideo (Uruguay), 2010.
- Cozzolino, L. F.; Da Costa, G. B; Eggejas, M. Diálogo na gestão de políticas públicas e o estabelecimento de governança democrática. In: Irving, M. A.; Calabre, L.; Bartholo, R.; Lima, M. A. G.; Moraes, E. A.; Eggejas, M.; Lima, D. (Orgs.). Turismo e Natureza: diálogos interdisciplinares e políticas públicas. – Rio de Janeiro: Fundac#a#o Casa de Rui Barbosa, 2016. pag. 125-131.
- Fabrino, N.H. (2013). Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação de Mestrado. Centro de desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/14215>
- Fukuda, J. C.; Botelho, E. S.; Bendelak, O. J. S; Rodrigues, C. G. O. (2019). Fortalecimento do Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim, Baía de Guanabara, Brasil. *III Congresso de Areas Protegidas de Latinoamerica e el Caribe*. Informe Técnico III CAPLAC. Lima. Peru. Disponível em: <https://www.areasprotegidas-latinoamerica.org/documentos-finales/>.
- Fukuda, J. C.; Santana, A.P. ; Coelho, Z. S. ; Muniz, M.B. ; Mello, T. F. de ; Senra, K. V. ; Coelho, B.H. da S. ; Fernandes, A. ; Malafaia, A. (2013). *Visitas de escolas e universidades à Área de Proteção Ambiental de Guapimirim (RJ), com ênfase nos anos de 2011 e 2012*. In: Encontro Fluminense Uso Público em Unidades de Conservação: gestão e responsabilidades. Niteroi, RJ: Editora Alternativa, 2013. p. 350-356.
- Herrera, B. (2017) Potencialidades e limites de conselhos de unidades de conservação: considerações sobre a implantação do Comperj na região do Mosaico Central Fluminense. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017_DOUT_Breno_Herrera_da_Silva_Coelho.pdf
- IBGE (2019). Resultado dos Dados do Censo – 2010. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/37/0>
- ICMBIO (2018). *Interpretação Ambiental nas unidades de conservação federais*. MMA, Brasília.
- Irving, M. A. (2009) Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro. Editora Letra e Imagem.
- Irving, M. A. & Mendonça, T. C. M. (2004). Turismo de base comunitária: a participação como prática de desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil- Praia do canto Verde Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*. Vol.4 nº4. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/66/61>
- Leuzinger, M. (2009). Natureza e Cultura - Unidades de Conservac#a#o de Protec#a#o Integral e Populac#o#es Tradicionais Residentes. Instituto Brasileiro de Advocacia Pu#blica, Letra da Lei, Curitiba (PR).
- Leung, Yu-Fai; Spenceley, Anna; Hvenegaard, Glen e Buckley, Ralf (eds.) (2019). Turismo e gesta#o da visitac#a#o em a#reas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade. Se#rie Diretrizes para melhores Pra#ticas para A#reas Protegidas No. 27, Gland, Suic#a: UICN. xii + 120 pp.
- Loureiro, C. F. B. (2012). Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez.
- Mayer, C.; Brewster, L.; Finchum, R. (2019). Você consegue! Seu guia para elaboração de produtos interpretativos não pessoais em áreas protegidas. Centro para gestão de áreas protegidas. Universidade do Colorado.

- Mendonça, T.C.M.; Moraes, E.A.; Costa, M.A.M. (2013). Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.372-390,. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/879>
- Moraes, M.B.R. (2011) Implementação das Áreas de Proteção Ambiental Federais no Brasil: o enfoque da gestão. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia Física do departamento de Geografia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17072012-162604/pt-br.php>
- Moraes, E.A.; Irving, M.A. (2013) Ecoturismo: encontros e desencontros na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (AC). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v.6, n.3, , pp.738-757. <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6346>
- Moraes, E. A.; Irving, M. A; Pedro, R. M. L. R. ; Oliveira, E. (2020). Turismo de base comunitária à luz da teoria ator-rede: novos caminhos investigativos no contexto brasileiro , *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 122 | URL: <http://journals.openedition.org/rccs/10761> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.10761>
- Moreira, J.C. (2014). Educação ambiental e interpretação ambiental voltada aos aspectos geocientíficos: atividades geoeducativas, interpretativas e turísticas. In: *Geoturismo e interpretação ambiental*. 1st ed. rev. and enl. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014, pp. 71-133.
- Navarro, F. S. et al. (2007). *Caçara, a fartura de um povo na Salmoura*. São Paulo, Páginas e Letras Editora e Gráfica. 58p.
- Oliveira, S.C.C. e Melo, R.S. (2009) As trilhas do Jardim Botânico Benjamim Maranhão (João Pessoa - PB) como recurso para interpretação ambiental. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 09, n. 2, p.113-125. <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/352>
- Pandeff, P. A. (2009). Gestão Ambiental em Unidades de conservação: reflexões a partir do projeto defeso na APA-Guapimirim. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal Fluminense.
- Prefeitura de São Paulo. (2013). Guia Turístico. *Ecoturismo e agroecologia no extremo sul de São Paulo*. Realização Kairós. Disponível em: http://cidadedesapaulo.com/v2/wp-content/uploads/2017/07/Ecorrurral_ING.pdf.
- Sansolo, D. G. & Bursztyn, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: Bartholo, R; Sansolo, D. G; Bursztyn, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. RJ: Letra e Imagem, 2009.
- Singer, P. (2010) *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, A.E. (org). et. al. (2013). *Guia de Campo do Parque Nacional da Tijuca*. Rio de Janeiro, UERJ / IBRAG.
- Ximenes, S. S. F. (2015). *Interpretação ambiental em unidades de conservação e a perspectiva crítica da educação ambiental: possibilidades para o planejamento e o monitoramento*. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Práticas de Desenvolv) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/2096>

NOTAS

- [1] Este artigo foi inspirado na pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), defendida em 2019, por Letícia Schumacher, com orientação da professora Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues.
 - [2] Projeto coordenado pelo ICMBio, em parceria com diferentes instituições públicas e organizações da sociedade civil. Este projeto foi desenvolvido de forma integrada com o projeto de extensão intitulado “Educação Ambiental e Turismo de Base Comunitária na Área de Proteção Ambiental de Guapi-Mirim”, coordenado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com a colaboração da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
- * Agradecemos aos analistas ambientais da APA Guapi-Mirim, em especial à Juliana Fukuda, e à Eloise Silveira Botelho, professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, pelas valiosas contribuições durante a pesquisa. Aos condutores de visitantes da APA Guapi-Mirim pela dedicação e pelo aprendizado. E, por fim, o apoio do Projeto Uçá,

que possibilitou a publicação de parte do conteúdo do guia de campo proposto na pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.